

Aula 3

A REPÚBLICA SEM POVO: OLIGARCAS E CORONÉIS NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO REPUBLICANO

META

Estudar a organização política e econômica da Primeira República a partir do filme de Geraldo Sarno, *Coronel Delmiro Gouveia* (1977), em que sobressai a idéia de República liberal na forma e oligárquica na prática.

OBJETIVOS

Entender o processo de transição e consolidação da República no Brasil com seus diferenciados projetos político-ideológicos em disputa pela hegemonia
Compreender o papel do coronelismo no exercício da dominação oligárquica da Primeira República
Perceber como o filme de Geraldo Sarno busca uma personagem exemplar para pensar os problemas do presente (na época, durante a Ditadura Militar)
Discutir a produção de determinada leitura da história do Nordeste, em que sobressai a dicotomia entre o arcaico e o moderno e não a sua relação de complementariedade.

PRÉ-REQUISITOS

Leitura dos excertos da Constituição de 1891, na Aula 2.

Antônio Fernando de Araújo Sá

INTRODUÇÃO

Bem-vindo ao nosso terceiro encontro! E aí, gostou das outras aulas? Esperamos que não tenham tirado seu fôlego e tenham sido bastante produtivas. Estamos na torcida para que esta aula seja bastante agradável.

Na aula passada, você viu como o cinema é um material didático importante para o historiador. Agora, além de ler o conteúdo escrito, você precisará assistir ao filme *Coronel Delmiro Gouveia*, disponível em seu pólo de acesso à Educação a Distância, para associar o seu conteúdo ao material escrito e responder a atividade proposta. Nesse encontro, abordaremos um momento da História do Brasil, com destaque para um personagem centrado no Nordeste brasileiro, que se tornou conhecido por ter se empenhado em promover a sua localidade (Pedra, atual Delmiro Gouveia/AL). Estamos falando de Delmiro Gouveia, um coronel, segundo alguns historiadores, diferente dos demais de sua época. Mas para que você possa se situar melhor historicamente, primeiro é preciso uma dose de leitura sobre alguns fatos que antecederam as ações de Delmiro, como a Proclamação da República e seus desdobramentos.



Coronel Delmiro Gouveia. Coleção Delmiro Gouveia dos Santos – Pedra/AL (Fonte: *Grandes Personagens da Nossa História*, v. IV, p. 851).

REPÚBLICA

O contexto da Proclamação da República pode ser pensado como o desencadeamento das tensões acumuladas com a desarticulação partidária do Império e suas constantes crises ministeriais, aliado às reivindicações de diferentes camadas urbanas e da burguesia cafeeira, que questionavam, cada uma a seu modo, a hegemonia da fração de classe ligada à lavoura tradicional.

Assim, a transição do Império à República resultou da convergência de duas forças sociais com objetivos diversos. Primeiro, os militares, especialmente o Exército, construíram sua oposição à monarquia, a partir da Guerra do Paraguai, criando um espírito de corpo que permaneceria ao longo da consolidação da República. Não podemos nos esquecer da importância de um pequeno grupo extremamente ativo no processo republicano ligado a **Benjamin Constant** e que, sob a influência do **positivismo**, desempenhou papel significativo na disputa simbólica para a construção da República no Brasil. Em geral, os militares defendiam um federalismo moderado, com destaque para uma centralização do poder nas mãos da União, bem como o fortalecimento e expansão das Forças Armadas.

Ver glossário no final da Aula

Os fazendeiros do café constituíam a outra força social atuante no processo de consolidação republicana, defendendo o fim da centralização imperial, a autonomia dos Estados, com a possibilidade de arrecadação própria de impostos e constituir forças militares próprias, e o favorecimento do núcleo agrário-exportador em detrimento dos setores ligados ao mercado interno.

Neste confronto de projetos, a burguesia agrária dos grandes Estados sai vitoriosa ante os militares divididos entre os partidários de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, os confrontos entre a Marinha e o Exército (vide a Revolta da Armada, no Rio de Janeiro) e a dependência de Floriano ante a oligarquia paulista. A partir de 1894, a cúpula militar estaria afastada do mundo da grande política por um longo período de tempo, ainda que pipocassem inúmeras revoltas de jovens militares em todo o período até as revoltas tenentistas como, por exemplo, em 1897, quando findou a Revolta de Canudos contra Prudente de Moraes ou, em 1904, contra Rodrigues Alves, com a participação dos setores militares na **Revolta da Vacina**.

Nas palavras de Campello de Souza (1971, p. 166), podemos caracterizar a Primeira República como um “sistema político cujo foco se localiza nos Estados, sob a hegemonia dos economicamente mais fortes, liberal na sua forma, oligárquico quanto ao seu funcionamento”. Neste sentido, inspirada nos princípios fundantes da Constituição dos Estados Unidos da América (individualismo e federalismo), a Constituição de 1891 legitimou esse triunfo dos grandes Estados, reafirmando, apesar de certo viés democrático-liberal, a restrição da participação política mais ampla de novos grupos sociais.

A representação na Câmara dos Deputados, por exemplo, proporcional ao número de habitantes dos Estados, favoreceu a supremacia dos grandes Estados, especialmente São Paulo e Minas Gerais, com vozes dissonantes dos pequenos Estados e, especialmente, do Rio Grande do Sul.

Ver glossário no final da Aula

Sob o **federalismo**, edificou-se a força política dos coronéis no nível municipal e das oligarquias nos níveis estadual e federal. Em relação ao individualismo, podemos afirmar que a centralidade conferida aos direitos individuais funcionou como barreira no processo de construção da cidadania no Brasil. Em suma, na Carta Constitucional de 1891, prevalece o compartilhamento de valores que negam a igualdade entre os homens, como é o caso da exclusão do direito ao voto às mulheres e analfabetos, deixando no limbo qualquer ação de maior participação dos cidadãos no exercício do poder. Dessa forma, verifica-se que as leis republicanas abrem juridicamente a participação no processo político, mas, ao mesmo tempo, impedem, na prática, seu funcionamento (RESENDE, 2006, p. 100).

Com a instituição da forma federativa de governo, o período de 1889-1898 representou, politicamente, a luta de projetos em torno da formação das estruturas de dominação dos Estados. Após a implantação da política dos governadores, podemos afirmar, seguindo a sugestão de Cláudia Viscardi, que a República “teve a sua estabilidade garantida pela instabilidade das alianças entre os estados mais importantes da federação, impedindo que a hegemonia de uns fosse perpetuada e que a exclusão de outros fosse definitiva” (VISCARDI apud RESENDE, 2006, p. 119).

É isso que se pode depreender da seguinte afirmação de **Campos Sales** (CAMPELLO DE SOUZA, 1976, p. 182-183), que concretiza a chamada política dos governadores como sustentáculo da dominação oligárquica na Primeira República:

Ao primeiro aspecto convenci-me de que nenhum dos lados apresentava symptomas de hostilidade ao governo, si bem que fosse patente o intuito, em cada um, de fundar a sua preponderancia na política. (...)

Os agrupamentos políticos que encontrei, já o disse, eram facções do Partido Republicano Federal, que não era propriamente um partido político, sinão apenas uma grande aggregação de elementos antagonicos. (...)

Não me achei, portanto, entre partidos oppostos, mas simplesmente entre facções rivaes, que se haviam desagregado com o objetivo no governo da República.

Era tal a ambição de vencer, que, segundo se tornou público, de ambos os lados se mandavam instruções aos candidatos nos Estados, para que se fizessem diplomar a todo o transe. A palavra de ordem era o DIPLOMA.

O caráter ambíguo – liberal-oligárquico – dava a tônica econômica e política da República no Brasil, pois, do ponto de vista econômico, o que se percebia era o pragmatismo dos exportadores do café que, ao deterem o monopólio e controle da produção no mercado internacional, podiam adotar medidas internas contrárias ao liberalismo econômico, sobrepondo-se ao mercado com a adoção das primeiras medidas de dirigismo econômico no

início do século XX. Do ponto de vista político, Campello de Souza sugere que “a classe dirigente foi capaz de utilizar o mecanismo da ampliação do regime representativo como meio de manter a eficácia e validade de sua posição perante a coletividade”. Ainda segunda a autora, a “proclamação republicana pode, assim, ser vista como uma fórmula de sobrevivência utilizada pela sociedade agrária, cabendo-lhe o monopólio do uso do poder em nome da nação” (CAMPELLO DE SOUZA, 1971, p. 168).

Daí a emergência do coronelismo como sistema político fundamental para a manutenção dos interesses da sociedade agrária. Sob o federalismo, o coronel exerce uma ampla jurisdição sobre seus dependentes e seu poder se ancora no latifúndio. Para Vitor Nunes Leal (1975, p. 20), podemos conceituar o coronelismo como um “sistema de compromissos... entre o poder público fortalecido e um poder privado já em fase de enfraquecimento”. Contudo, vale lembrar que se o poder do Estado é grande, também o é o poder dos municípios. Como propõe Resende (2006, p. 97), instituída a liderança no município, não poucos coronéis passaram a deter posições hegemônicas regionais, disputando cargos nos legislativos estadual e federal, bem como ocupar na burocracia cargos bastante rentáveis. Assim, os coronéis que alcançaram a hegemonia em seus estados passam a integrar as oligarquias estaduais, que detêm seu poder através dos partidos estaduais e do uso da força militar, sempre que necessário.

Outro aspecto importante para se pensar a dinâmica política da Primeira República foi levantado por Boris Fausto, quando afirma que a “concentração das atividades econômicas em áreas geográficas definidas propiciou a formação no país, de uma estrutura regional de classes. As oposições de área geográfica, no interior da classe dominante, ganharam maior importância do que as divisões setoriais (burguesia agrária, comercial, industrial). Este caráter de rivalidade regional marcou as eleições competitivas do período, em 1910, em 1922 e em 1930” (FAUSTO, 1973, p. 5).

Divergindo de Campello de Souza quanto à ampliação do regime representativo com a implantação da República, José Murilo de Carvalho (2004, p. 43) informa que as mudanças republicanas não foram muito distintas da reforma de 1881, quando foi introduzida a eleição direta. Segundo o autor, o processo indireto até 1881 permitia um razoável nível de participação no processo eleitoral, em torno de 10% da população total. Com a eleição direta, este número girou em torno de 1%. Na República houve um aumento pouco significativo para 2% nas primeiras eleições presidenciais (1894). Deste modo, consolidou-se entre nós uma república embebida de uma ideologia liberal pré-democrática, darwinista, reforçadora do poder oligárquico. No entanto, como estudaremos nas próximas aulas, mesmo cerceados dos seus direitos de cidadania, os setores urbanos e rurais ex-

exerceram poder de pressão sobre o sistema oligárquico, como nas greves lideradas pelos anarco-sindicalistas, na organização do Partido Comunista Brasileiro, em 1922, na campanha pelo voto secreto ou mesmo em rebeliões como as de Canudos (1896-1897) e do Contestado (1912-1916).



CORONEL DELMIRO GOUVEIA: A HISTÓRIA ENTRE MEMÓRIAS

Agora você pode estar se questionando quem foi esse coronel e qual a sua importância para a história do Nordeste, não é mesmo? Até por que a visão que temos sobre o coronelismo em nosso país é a de homens autoritários, senhores de tudo e de todos. Grandes proprietários de terra, comandantes da política de uma região do país. Além disso, esse nome pode parecer-lhe familiar, pois foi usado para nomear uma cidade do Estado de Alagoas. E já que aguicei a sua curiosidade, vamos saber um pouco mais sobre o coronel Delmiro.

Conhecido como o “coronel dos coronéis”, Delmiro Gouveia apresenta-se como um dos raros capitalistas no Brasil cuja trajetória de vida despertou, ao longo do século XX, interesse nos mais variados segmentos sociais: intelectuais, empresários, cineastas, políticos etc. Em um dos capítulos de sua tese de doutoramento, defendida na Universidade de São Paulo (USP), Telma de Barros Correia retoma as imagens que foram associadas ao industrial, tais como a do empresário ousado e empreendedor, do homem que ascendeu socialmente por esforço próprio, do indivíduo preocupado com o bem-estar do trabalhador, do mártir da causa nacionalista e da luta antiimperialista e, por fim, de vítima das oligarquias atrasadas do Nordeste

brasileiro. Estas representações, segundo a autora, relacionam-se com o contexto histórico em que foram produzidas, evidenciando a capacidade do mito em mobilizar diferentes causas, reivindicadas por autores de diversos matizes ideológicos.

Na convergência destas diversas representações sociais, encontramos a obsessão pela superação do “atraso” do país, especialmente do sertão, através da industrialização e do progresso. Nesta perspectiva, no âmbito desta breve notícia, desenvolveremos a idéia de Delmiro como civilizador dos sertões nordestinos, a fim de evidenciar que, para a construção do mito, houve uma verdadeira “operação de deslizamento” das informações históricas, enfatizando determinados fatos e omitindo outros. Obviamente, a criação de representações ideais está vinculada a projetos de classes, de suas frações ou de grupos.

Talvez o núcleo fabril de Pedra – construído numa fazenda no sertão de Alagoas – e a usina de Angiquinho, na cachoeira de Paulo Afonso, sejam os exemplos mais evidentes da construção ideológica formulada, especialmente, por intelectuais e políticos da primeira metade do século XX, no sentido de fortalecer o papel de Delmiro na “salvação” do sertão atrasado. Assim, a cidade de Pedra - com suas escolas, operários limpos e bem vestidos, a luz elétrica, as formas regradas de lazer e uma vida voltada para o trabalho subvertia determinada imagem do sertão “atrasado” – lugar de bandidos e beatos – produzida por parte da intelectualidade do início do século. Na fala de Oliveira Lima, intelectual pernambucano que visitou a cidade, reafirmava-se o mito do herói realizador: “ao empenho que um homem pôs em construir um edifício moral da solidez e do brilho do que me foi dado admirar”, em contraposição ao “fanatismo” religioso presente em movimentos sócio-religiosos como Canudos e Juazeiro (OLIVEIRA LIMA apud SANT’ANA, 1996).

Neste sentido, Philip Gunn enfatiza a importância do uso político e ideológico de Pedra (hoje, Delmiro Gouveia) na literatura dos anos de 1930, 40 e 50, que discute um projeto para o sertão, tanto na perspectiva da industrialização e modernização agrícola, quanto no uso das águas do **rio São Francisco** como fonte de energia.

Nos início nos anos de 1960, houve uma recuperação da figura de Delmiro no Congresso Nacional, por ocasião do seu centenário de nasci-



Ver glossário no final da Aula

mento. Já na década de 1970, contemplamos o cinema, o teatro e mesmo o carnaval, através do desfile das escolas de samba no Rio de Janeiro, resgatando-o, seja como empresário empreendedor, perseguido pelos trustes internacionais, seja como patrão protetor e autoritário (GUNN apud CORREIA, 1995).

Dentro dessa produção cultural, escolhemos para a nossa análise o filme *Coronel Delmiro Gouveia*, de Geraldo Sarno, na medida em que expõe determinada construção ideológica que visa, reiteradamente, enfatizar a capacidade do homem – apoiado na Ciência e na técnica – para dominar a natureza rude do sertão, a infertilidade do solo e a fúria das águas do São Francisco, isto é, mitifica o “coronel dos coronéis” como herói realizador. Ao mesmo tempo, imerso na tradição da representação histórica do cinema brasileiro, este filme também nos faz refletir sobre a produção da memória de Delmiro Gouveia e dos impasses do desenvolvimento do Nordeste brasileiro, pois a dicotomia entre moderno e tradicional nas diversas facetas da construção do mito parece não encontrar respaldo numa análise histórica mais acurada.



Cena do filme *Coronel Delmiro Gouveia* (1979), dirigido por Geraldo Sarno.

O primeiro aspecto do filme a ser enfatizado é, apesar de ser ancorado em personagens históricos, sua proposta de ser uma ficção que mantém uma vida própria diante da realidade, no sentido de agir como uma interpretação do real e não como uma cópia tal qual acontecera no passado.

As narrativas ficcionais que se entrecruzam no filme de Sarno ajudam-nos a pensar sobre as disputas oligárquicas pelo domínio da política regional, como pode ser explicitado na primeira parte da película, quando o incêndio do Mercado do Derby é causado, segundo a fala da personagem Delmiro, pelos comparsas do governador Rosa e Silva, então chefe da oligarquia pernambucana, que seria uma vingança da surra dada por Delmiro em 1899, nas urnas eleitorais. Após sua fuga do Recife, o coronel dos coronéis se vê diante do sertão alagoano, sob a proteção do coronel Ulisses Luna. O respeito a Delmiro fora conseguido com o seu enfrentamento a outro chefe político,

o coronel Zé Rodrigues, tornando-o efetivamente um “coronel” do sertão.

Mas é no depoimento de José Jacanguai Albuquerque Lins Cavalcanti, o Zé Pó, que a dimensão mítica de Delmiro, como protetor dos pobres, irrompe com maior vigor na narrativa cinematográfica, ainda que esteja subjacente desde o início do filme. Com o assassinato de Delmiro, perpetrado pelo imperialismo inglês da Machine Cottons, acabou-se o sonho de transformar o sertão. A cena em que os operários jogam as máquinas no rio São Francisco comove o espectador, especialmente com a fala de Zé Pó no final da trama:

penso também que o dia em que o povo fizer as fábrica pra ele mesmo aí num tem força qui pode quebrá nem derrubá, porque num tem força maior que o do povo trabalhador, que trabalha, como as máquinas, e pensa, que nem gente (MAYNARD, 2006).

Assim, o filme nos proporciona, ao lado do aspecto moderno e progressista – a fábrica, os automóveis do patrão, a luz elétrica, os operários e suas casas asseadas –, pensar no compromisso de Delmiro com as oligarquias do período, tais como os governadores Euclides Malta e Joaquim Paulo Malta e os coronéis Ulisses Luna e Manoel Rodrigues da Rocha, ou ainda, sua associação com capitalistas norte-americanos e italianos, intermediada pela personagem Lionello Iona.

Por fim, a organização social de Pedra segue certa tendência de constituição de pequenos núcleos urbanos em torno de um grande estabelecimento industrial no mundo rural, tal como ocorrera na Alemanha do fim do século XIX. Um exemplo clássico no Brasil foi a cidade-fábrica Rio Tinto, no interior da Paraíba, de propriedade do grupo Lundgreen. Deste modo, antes de um caso isolado, sua construção esteve associada a um movimento geral de expansão capitalista.

Portanto, somente se compreendermos tais contradições na constituição do mito de Delmiro no contexto da expansão do capitalismo no campo brasileiro, com a conseqüente integração do sertão na economia nacional, e a sua redescoberta como signo explicativo da nação Ciência e na técnica – para dominar a natureza rude do sertão, a infertilidade do solo e a fúria das águas do São Francisco, isto é, mitifica o “coronel dos coronéis” como herói realizador. Ao mesmo tempo, imerso na tradição da representação histórica do cinema brasileiro, este filme também nos faz refletir sobre a produção da memória de Delmiro Gouveia e dos impasses do desenvolvimento do Nordeste brasileiro, pois a dicotomia entre moderno e tradicional nas diversas facetas da construção do mito parece não encontrar respaldo numa análise histórica mais acurada.

O primeiro aspecto do filme a ser enfatizado é, apesar de ser ancorado em personagens históricos, sua proposta de ser uma ficção que mantém uma vida própria diante da realidade, no sentido de agir como uma interpretação do real e não como uma cópia tal qual acontecera no passado.

As narrativas ficcionais que se entrecruzam no filme de Sarno ajudam-nos a pensar sobre as disputas oligárquicas pelo domínio da política regional, como pode ser explicitado na primeira parte da película, quando o incêndio do Mercado do Derby é causado, segundo a fala da personagem Delmiro, pelos comparsas do governador Rosa e Silva, então chefe da oligarquia pernambucana, que seria uma vingança da surra dada por Delmiro em 1899, nas urnas eleitorais. Após sua fuga do Recife, o coronel dos coronéis se vê diante do sertão alagoano, sob a proteção do coronel Ulisses Luna. O respeito a Delmiro fora conseguido com o seu enfrentamento a outro chefe político, o coronel Zé Rodrigues, tornando-o efetivamente um “coronel” do sertão.

Mas é no depoimento de José Jacenguaí Albuquerque Lins Cavalcanti, o Zé Pó, que a dimensão mítica de Delmiro, como protetor dos pobres, irrompe com maior vigor na narrativa cinematográfica, ainda que esteja subjacente desde o início do filme. Com o assassinato de Delmiro, perpetrado pelo imperialismo inglês da Machine Cottons, acabou-se o sonho de transformar o sertão. A cena em que os operários jogam as máquinas no rio São Francisco comove o espectador, especialmente com a fala de Zé Pó no final da trama:

penso também que o dia em que o povo fizer as fábrica pra ele mesmo aí num tem força qui pode quebrá nem derrubá, porque num tem força maior que o do povo trabalhador, que trabalha, como as máquinas, e pensa, que nem gente (MAYNARD, 2006).

Assim, o filme nos proporciona, ao lado do aspecto moderno e progressista – a fábrica, os automóveis do patrão, a luz elétrica, os operários e suas casas asseadas -, pensar no compromisso de Delmiro com as oligarquias do período, tais como os governadores Euclides Malta e Joaquim Paulo Malta e os coronéis Ulisses Luna e Manoel Rodrigues da Rocha, ou ainda, sua associação com capitalistas norte-americanos e italianos, intermediada pela personagem Lionello Iona.

Por fim, a organização social de Pedra segue certa tendência de constituição de pequenos núcleos urbanos em torno de um grande estabelecimento industrial no mundo rural, tal como ocorrera na Alemanha do fim do século XIX. Um exemplo clássico no Brasil foi a cidade-fábrica Rio Tinto, no interior da Paraíba, de propriedade do grupo Lundgreen. Deste modo, antes de um caso isolado, sua construção esteve associada a um movimento geral de expansão capitalista.

Portanto, somente se compreendermos tais contradições na constituição do mito de Delmiro no contexto da expansão do capitalismo no campo brasileiro, com a conseqüente integração do sertão na economia nacional, e a sua redescoberta como signo explicativo da nação no âmbito da chamada “Geração de 1870” (mesmo quando rejeitado), é que poderemos evitar que a reprodução deste mito se perpetue na produção historiográfica. Aliás, exercício fundamental de uma das regras primeiras do ofício do historiador: reiterar a necessária distinção entre o mito e a história.

CONCLUSÃO

No livro *O coronelismo: uma política de compromisso*, Janotti afirma: “Neste jogo entre o passado e futuro emerge a figura de Delmiro Gouvêa, cognominado o ‘Coronel dos coronéis’. Foge ele de qualquer definição rígida do que se queira construir sobre o poder coronelístico. De espírito empreendedor, pioneiro, tanto no comércio quanto na indústria, é perseguido pela oligarquia Rosa e Silva, internando-se pelo sertão, perto da Cachoeira de Paulo Afonso. Constrói uma hidrelétrica no São Francisco e passa a fabricar linhas de coser da marca ‘Estrela’, empreendimento este que não sobrevive ao seu criador (1917) em razão do poderio da firma inglesa Machine Cotton, fabricante das linhas ‘Corrente’.

Em torno da sua fábrica surge um tipo de sociedade desconhecido do sertão. Seus empregados tinham privilégios não usuais e residiam em uma vila operária.

Delmiro consegue grande prestígio econômico-financeiro, atraindo para si o ódio dos coronéis opositores. Contra a oligarquia e os interesses estrangeiros não pode resistir. Simboliza, entretanto, a tentativa de modernização e de industrialização que, necessariamente, obrigariam, a longo prazo, a alterações numa sociedade arcaica” (JANOTTI, 1981, p. 78-79).



ATIVIDADES

Realize uma pesquisa sobre Geraldo Sarno, diretor do filme *Coronel Delmiro Gouveia*, e depois escreva um texto de no máximo duas páginas, analisando como a narrativa cinematográfica representou a história das disputas políticas oligárquicas da Primeira República, bem como a presença do capital internacional na economia brasileira.



RESUMO

Através desta aula, procuramos conduzi-lo à compreensão de como foram construídas as práticas oligárquicas no início da República no Brasil, que acabaram por restringir a extensão da cidadania aos estratos mais amplos da população brasileira. Neste sentido, um elemento fundamental foi o estabelecimento do coronelismo como sistema político específico da Primeira República, pautado por um compromisso entre o poder público progressivamente fortalecido e a decadente influência do poder privado dos chefes locais, especialmente os donos da terra. Como exemplo dessa prática, escolhemos a personagem Delmiro Gouveia pelo que representa para a história política e econômica do Nordeste.

REFERÊNCIAS

- CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em Perspectiva**. 7 ed. São Paulo: DIFEL, 1976.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- CORREIA, Telma de Barros. **Pedra: plano e cotidiano operário no Sertão. O projeto urbano de Delmiro Gouveia**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) FAU-USP, São Paulo, 1995.
- FAUSTO, Boris. Pequenos Ensaios de História da República. In: **Cadernos CEBRAP**. n. 10. São Paulo: CEBRAP, 1973.
- FENELON, Dea Ribeiro (org.). 50 **Textos de História do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1974.
- HARDMAN, Francisco F. & LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil** (das origens aos anos 20). 2 ed., São Paulo: Ática, 1991.
- JANOTTI, Maria de Lourdes M. **O coronelismo: uma política de compromissos**. São Paulo: Brasiliense, 1981 (Coleção Tudo é História).
- MAYNARD, Dilton. **A fabricação da memória no filme Coronel Delmiro Gouveia**. O Olho da História. Ano 12, n. 9, dezembro de 2006.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo política na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente**. v. 1. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Bibliografia anotada de Delmiro Gouveia (1917-1994)**. Recife: CHESF, 1996.

GLÓSSARIO



Benjamin Constant: Militar, professor de Matemática e político carioca (1833/1891), foi um dos mentores da República brasileira e entusiasta do positivismo. Publicou Memória sobre a teoria das quantidades negativas (1868).

Positivismo: Sistema filosófico elaborado por Augusto Comte (1798/1857), cujas principais vantagens seriam o anúncio das leis que regem as funções intelectuais dos homens (lei dos três estados) e das regras para a perfeita investigação da verdade.

Revolta da Vacina: Movimento popular eclodido em 4 de novembro de 1904. Os revoltosos eram contrários à vacinação obrigatória instituída por Oswaldo Cruz para combater a epidemia de varíola que assolava o Rio de Janeiro.

Federalismo: Forma de organização descentralizada do Estado em que os estados-membros gozam de certa autonomia. Foi instituído no Brasil a partir de 1891, em contraposição ao modelo unitário e centralizado em vigor durante o Império.



Campos Salles: Político paulista (1841/1913) e um dos fundadores do Partido Republicano Paulista (1873). Foi Presidente da República entre 1898 e 1902.

Paulo Afonso (Música): Luiz Gonzaga e Zé Dantas (1955)

Delmiro deu a idéia
Apolônio aproveitou
Getúlio fez o decreto
E Dutra realizou
O presidente Café
A usina inaugurou
E graças a esse feito
De homens qui tem valor
Meu Paulo Afonso foi sonho
Que já se concretizou
Olhando pra Paulo
Afonso
Eu louvo nosso
engenheiro
Eu louvo o nosso cassaco

Caboclo bom verdadeiro
Oí! vejo o Nordeste
Erguendo a bandeira
De ordem e progresso
A nação brasileira
Vejo a indústria gerando
riqueza
Findando a seca
Salvando a pobreza
Ouço a usina feliz
mensageira
Dizendo na força da
cachoeira

O Brasil vai, o Brasil vai,
O Brasil vai, o Brasil vai!
Vai, vai, vai, vai, vai, vai.

Rio São Francisco: Foi descoberto em 4 de outubro de 1501, pelos viajantes Américo Vespúcio e André Gonçalves. Recebeu o nome de São Francisco em homenagem a São Francisco de Assis.

Nasce na serra da Canastra, no município de Piumi, oeste de Minas Gerais, e desemboca na praia do Peba, no Estado de Alagoas. Considerado o terceiro maior rio do Brasil, tem 3.163 quilômetros quadrados de extensão e sua bacia tem 640 mil km² de área (Fonte: <http://www.fundaj.gov.br>).